

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.436.037 - SP (2019/0018827-2)

AGRAVANTE : CUTBACK COMERCIAL LTDA
ADVOGADO : PAULO BENEDITO LAZZARESCHI E OUTRO(S) -
SP025245
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : AYLTON MARCELO BARBOSA DA SILVA E OUTRO(S) -
SP127145

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Cutback Comercial Ltda., contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL - Adesão ao Programa Especial de Parcelamento do ICMS após a prolação de sentença de mérito que julgou improcedente o pedido - Condenação em honorários advocatícios - Possibilidade - Princípio da causalidade - Verba honorária que não guarda qualquer relação com os honorários decorrentes da adesão ao Parcelamento de Débito - Precedentes - Decisão mantida - Recurso improvido.

Na origem, cuida-se de ação anulatória de crédito tributário proposta por Cutback Comercial Ltda., ora recorrente, em desfavor do Estado de São Paulo, ora recorrido, a qual foi julgada improcedente, com a condenação da parte sucumbente ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa.

Atribuiu-se à causa o valor de 197.845,44 (cento e noventa e sete mil, oitocentos e quarenta e cinco reais, e quarenta e quatro centavos), em dezembro de 2007.

Naquele acórdão, o Tribunal de origem negou provimento ao agravo de instrumento interposto contra a decisão interlocutória que indeferiu a impugnação apresentada ao cumprimento do título executivo judicial constituído.

Os embargos de declaração interpostos não foram providos.

No recurso especial, a recorrente aponta a violação do art. 840 do CC/2002.

Aduz, em síntese, que para aderir ao Programa Especial de Parcelamento do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (PEP - ICMS), instituído pelo Decreto n. 58.811/2012, o qual a anistiou do pagamento de juros e de multa, foi compelida a desistir do recurso especial interposto

contra o acórdão que manteve a sentença responsável por julgar improcedente a ação anulatória de crédito tributário ajuizada.

Alega, em suma, que a adesão ao parcelamento configurou transação, a qual abrangeu os honorários advocatícios sucumbenciais arbitrados na ação judicial em que, por força do disposto no Decreto n. 58.811/2012, a contribuinte foi compelida a desistir de recorrer.

Sustenta, em síntese, que a cobrança judicial dos honorários advocatícios transacionados na esfera administrativa importou a desconsideração do acordo, estabelecendo concessões recíprocas, firmado entre as partes quando da adesão ao PEP - ICMS.

Apresentadas contrarrazões pelo não conhecimento do recurso especial, ou ainda, pelo seu improvimento.

O Tribunal de origem não admitiu o recurso especial, com base na impossibilidade de reexame de fatos e provas na via recursal eleita (Súmula n. 7/STJ).

No presente agravo, a recorrente argumenta com o intuito de rebater o fundamento apresentado pelo Julgador originário.

É o relatório. Decido.

Considerando que a parte agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão de inadmissão, passo ao exame do recurso especial interposto.

Registro, desde logo, que o recurso especial não merece conhecimento.

A análise do acórdão recorrido, quando em confronto com as razões recursais, revela que as questões debatidas no recurso especial, em nenhum momento, foram abordadas pelo Tribunal de origem à luz do dispositivo legal federal reputado malferido, qual seja, o art. 840 do CC/2002, em que pese a oposição de embargos declaratórios visando suprir omissões eventualmente constatadas no julgado.

A admissibilidade do recurso especial pressupõe prequestionamento, ou seja, que a tese recursal tenha sido objeto de efetivo pronunciamento pela Corte Julgadora originária, ainda que em sede de embargos de declaração; o que não ocorreu no caso em tela.

Configurada a falta do indispensável requisito do prequestionamento, impõe-se o não conhecimento do recurso especial. Incide sobre a hipótese o óbice constante da Súmula n. 211 do STJ, segundo a qual é (*in verbis*): "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*".

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator

